

Fora de Propósito

JORNAL DO BRASIL

23 AGO 2000

Entre os dias 2 e 7 de setembro, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estarão promovendo um plebiscito com o objetivo de conhecer a opinião dos brasileiros sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional e o pagamento da dívida externa. As perguntas induzem os entrevistados às respostas que interessam aos articuladores da consulta popular. Eis uma delas: "O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?". A condenação aos rumos da economia já vem embutida na questão, sem deixar alternativa ao cidadão. O PT e a CNBB esperam que o povo, na Semana da Pátria, diga não ao FMI e à dívida externa. E a militância sairá às ruas para trabalhar a opinião pública nesse sentido.

O país conhece há muito tempo a posição do PT e da CNBB sobre esses temas. Mesmo assim, o plebiscito soa estranho e sem nexo. Não que o partido e a entidade dos bispos não tenham direito de realizá-lo. Mas as perguntas, sem dúvida, parecem não pertencer ao mundo real. Estão deslocadas no tempo e no espaço. Tanto o FMI quanto a dívida externa são assuntos fora da agenda dos brasileiros. Acertou na mosca o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao ressaltar que essas questões estão ultrapassadas. "Poderia ser relevante há

15 anos, quando a maior parte da dívida externa vinha do setor público. Hoje a dívida – US\$ 230 bilhões – é perfeitamente administrável", disse Malan, que considerou "totalmente fora de propósito, a esta altura do jogo, propor calote da dívida externa".

Com ironia e propriedade, o ministro da Fazenda lembrou que atualmente algumas questões não estão mais sujeitas a debates de natureza política, e muito menos à retórica panfletária. Uma delas, explicou, é a inflação sob controle e outra é a austeridade fiscal. Vale a pena repetir as palavras de Pedro Malan: "Em qualquer país minimamente organizado é assim. Inclusive onde os governos são de esquerda, como na Inglaterra, França e, mais recentemente no Chile". Direto ao ponto, classificou de "besteiral" o discurso dos partidos de oposição no qual afirmam que a preocupação com a estabilidade econômica e com a inflação baixa faz parte do receituário neoliberal. Na opinião de Malan, isso não passa de "baboseira" e o plebiscito presta "um desserviço à Nação".

Faltou o ministro da Fazenda dizer que ninguém está proibido de realizar enquetes sobre a dívida externa e o FMI, assim como ninguém está impedido de atacar moinhos de vento e acreditar em Papai Noel. Não é necessário fazer um plebiscito para saber que o país espera atitudes mais sérias e conseqüentes de parte do PT e da CNBB.